

CAPA

Evelyn Grumach

PROJETO GRÁFICO

Evelyn Grumach e João de Souza Leite

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

Nerval Mendes Gonçalves

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Art Line

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

5452 O século XX / organização, Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste Zenha. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
3v.

Conteúdo: v. 1. O tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra — v. 2. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras — v. 3. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. Inclui bibliografia e filmografia
ISBN 85-200-0528-4

1. História moderna — Século XX. 2. Civilização moderna — 1950-. I. Reis Filho, Daniel Aarão, 1946-. II. Ferreira, Jorge. III. Zenha, Celeste.

00-1148

CDD 909.82
CDU 93

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
um selo da

DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL

Caixa Postal 23.052, Rio de Janeiro, RJ, 20922-970

Impresso no Brasil
2000

APRESENTAÇÃO 7

A crise do capitalismo liberal 11
José Jobson de Andrade Arruda

As revoluções russas 35
Daniel Aarão Reis Filho

Cultura e política nos anos críticos 61
Leandro Konder

O socialismo soviético 79
Jorge Ferreira

Os fascismos 109
Francisco Carlos Teixeira da Silva

A Segunda Guerra Mundial 165
Williams da Silva Gonçalves

A Guerra Fria 195
Paulo G. Fagundes Vizontini

Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social 227
Enrique Serra Padrós

BIBLIOGRAFIA, FILMOGRAFIA E CRONOLOGIA 267

ÍNDICE 297

- Link, A. 1961. *História moderna dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Maddison, A. 1995. *L'économie mondiale, 1820-1992*. Analyses et statistiques. Paris, Acde.
- Morison-Commager. 1958. *História dos Estados Unidos da América*. São Paulo, Melhoramentos, 3 v.
- Robertson, R. 1967. *História da economia americana*. Rio de Janeiro, Record.
- Robbins, L. 1935. *La Grande Depression (1929-1934)*. Paris, Payot.
- Rothbard, M. 1963. *America's Great Depression*. Nova York, Van Nostrand.
- Schumpeter, J. 1939. *Business Cycles*. Nova York, McGraw-Hill, 2 v.
- Shannon, D. A. 1960. *The Great Depression*. New Jersey, Englewoods Cliffs.
- Vazquez de Prada, Valentin. 1968. *História económica mundial*. II. De la Revolución Industrial a la actualidad. Rial, Madrid.
- Wood, J. 1963. *Roosevelt e a América moderna*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

As revoluções russas

Daniel Aarão Reis Filho

Professor titular de História Contemporânea
da Universidade Federal Fluminense

A SANTA RÚSSIA IMPERIAL E AS TRADIÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

Entre 1905 e 1921, a Santa Rússia Imperial Tzarista transformou-se em União Soviética, o que foi consagrado juridicamente, em 1922, com a aprovação de uma primeira Constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Como a Revolução Francesa, em fins do século XVIII e começos do século XIX, as revoluções russas que levaram à fundação da URSS modificaram a face do mundo. Para muitos, deram início ao século XX. Seja qual for nossa opinião a respeito, é inegável que imprimiram sua marca a um século que só terminou com o desaparecimento dos resultados criados por elas.

É à narração e à interpretação dessas revoluções que se dedica o presente texto.

A Santa Rússia Imperial Tzarista era marcada por violentos contrastes. De um lado, a impressão de solidez, de permanência. De outro, uma crônica instabilidade, prenunciando hipóteses de convulsões.

A permanência seria celebrada em duas datas memoráveis: 1912 e 1913. Na primeira, a sociedade festejou o centenário da derrota da invasão napoleônica, que projetou a Rússia como potência européia. Na segunda, exaltou-se o tricentenário da dinastia reinante, os Romanov. Mitos pretéritos, presentes e futuros. Continuidades.

O poder czarista, de fato, apoiava-se em poderosas tradições e estruturas políticas e sociais.

O *nexo rural* constituía sua base principal de sustentação, apesar do desgaste do tempo e das insatisfações acumuladas. Os proprietários de terra e os camponeses (*mujiques*), aferrados a tradições imemorais, representavam mais de 80% da população existente. Baixos níveis de produtividade, altas taxas de exploração, miséria, fomes periódicas: a força do Antigo Regime, através das fronteiras do tempo, resistindo à modernidade capitalista e às re-

formas ocidentalizantes. Bolsões de progresso tecnológico não escondiam a realidade maciça do atraso, simbolizado pelo largo uso ainda do arado de madeira e das mãos nuas do camponês como instrumentos principais de trabalho. Frequentemente absenteístas, os proprietários, de modo geral, viviam em outro tempo, endividados, parasitando a sociedade, cultivando as glórias e os valores do passado, sem alternativas de futuro.

Antigas tradições religiosas amarravam com seguros nós esta sociedade agrária, mesclando-se os ritos e as estruturas hierárquicas da Igreja Ortodoxa com os costumes animistas e mágicos da religiosidade popular. Dos mosteiros recolhidos e austeros aos popes embriagados das aldeias havia abismos de cultura, mas também denominadores comuns, construindo identidades, sobretudo entre os eslavos, e entre os russos, em particular. Porque o império era multinacional, abrigando, como se verá, um caleidoscópio de povos, religiões e culturas.

Com a religião, entrecruzando-se com ela, havia a figura do czar, venerado como representante de Deus na Terra, considerado pelos mujiques ao mesmo tempo como chefe todo-poderoso, a quem se devia cega obediência, e como bondoso Paizinho, a quem se devia filial reverência. O czar estava em toda parte, em retratos e santinhos, em quadros e medalhas e estátuas, na memória e nos corações das gentes. Presente ainda através de uma burocracia tentacular (seus olhos e seus ouvidos), famosa por seus níveis de arbitrariedade, ineficiência e corrupção. E de uma polícia política terrivelmente eficaz na identificação e neutralização de eventuais oposições.

Uma fé, uma nação, um czar. O lema não deixava espaço ou margens para questionamentos e contestações. Unanimidade e imobilidade. Era como se o tempo houvesse parado, congelado (Werth, 1992).

No entanto, a sociedade se movia.

Antes de tudo, o movimento demográfico. Entre 1860 e 1870, uma progressão anual de 1 milhão de habitantes. Desde então, e até 1914, 2,4 milhões a mais por ano. Como conter estas massas crescentes nos limites rígidos dos regulamentos do Antigo Regime?

Havia ainda a expansão político-militar, suscitada pelo próprio regime, em todas as direções da rosa-dos-ventos. Ao ocidente, a captura de territórios da Polônia, partilhada com o Império Austro-Húngaro e o Reino da Prússia desde fins do século XVIII. E também os estados bálticos e a Finlândia. Ao sul, a região do Cáucaso, sempre insubmissa, mas integrada. Ao leste, as vastidões siberianas, as regiões usurpadas ao Império do Meio, a ins-

talação de uma área de influência no nordeste chinês, na Manchúria, com o arrendamento de Port Arthur. Em trezentos anos, o Império registrara um avanço permanente, sistemático, como se dele dependesse sua sobrevivência.

Foi assim que se constituiu como império multinacional abrangendo múltiplos grupos lingüísticos, religiões, costumes e tradições. Cristãos ortodoxos, protestantes e católicos, muçulmanos xiitas e sunitas, judeus, animistas, eslavos e não-eslavos, europeus e asiáticos, povos com consciência nacional consolidada, outros sem memória definida. Naquela babel de línguas, nacionalidades, tribos e clãs, o centro moscovita impunha-se segundo os padrões asiáticos: submissão político-militar e autonomia cultural. Entretanto, de acordo com as conjunturas concretas, quase sempre como reação a revoltas de povos insubmissos, perpassavam surtos de russificação, com propostas ambiciosas de tudo homogeneizar.

Um outro movimento, profundamente subversivo, e também suscitado pelo Estado, abalaria as estruturas tradicionais: a modernização industrial, de tipo capitalista.

O Estado acordou para ela obrigado por imposições estratégicas, em virtude da Guerra da Criméia, nos anos 50 do século XIX, quando foi incapaz de vencer ingleses e franceses e de impor suas vontades ao Império Otomano. Foi então que as elites imperiais se surpreenderam no comando de uma grande potência... atrasada. E compreenderam que era tempo de assimilar reformas e técnicas ocidentalizantes.

Numa primeira ofensiva modernizante, aboliu-se a servidão, em 1861, introduzindo-se, com ela, um conjunto de reformas em múltiplas áreas: forças armadas, educação, justiça, administração central etc. Ambições grandiosas, resultados mitigados. Para uns, as reformas tiveram êxito, pois afastaram o fantasma da revolução por mais de cinqüenta anos. Para outros, perdeu-se ali uma chance histórica de o Império ingressar plenamente no século XIX europeu (Reis Filho, 1997).

Uma nova onda reformista varreria a sociedade, principalmente as cidades, a partir de 1890. Aceleraram-se então os ritmos de desenvolvimento capitalista, impulsionados pela construção de uma rede de estradas de ferro, sob iniciativa estatal. A metalurgia, a siderurgia, o petróleo e o carvão, setores de ponta da economia internacional da época, puxaram um crescimento médio anual de 5% entre 1888 e 1913. Apesar das crises, entre 1901 e 1905, e do fato de a agricultura e a indústria leve não terem acompanhado essas médias, o império parecia ter ganho dinamismo, despertando de sua tradicional letargia.

Em dois períodos, sobretudo, presididos respectivamente por S. Witte (1892-1903) e por P. Stolypin (1906-1911), uma série de mecanismos garantiu altas taxas de desenvolvimento. Elevadas barreiras alfandegárias, estímulos fiscais, encomendas do Estado, moeda forte, arregimentação agressiva do capital estrangeiro, conferiam ao capitalismo russo um perfil específico — ativa participação e controle estatais, forte presença do capital estrangeiro, sobretudo nas finanças e nos setores tecnológicos de ponta, burguesia nacional pouco expressiva, mas ganhando terreno, sob a proteção das reservas de mercado impostas pelo Estado.

A Rússia dotava-se de importantes setores industriais, mas continuava apresentando, às vezes aprofundando, desigualdades gritantes. Ao lado do que havia de mais moderno no mundo de então, como as indústrias de instrumentos de precisão de São Petersburgo, persistiam condições de trabalho dignas da primeira grande revolução industrial, ocorrida em fins do século XVIII. A agricultura atrasada, com suas tradições arcaicas, resistia às intenções e às políticas modernizantes, como as de P. Stolypin, que pretendeu, sem sucesso, criar no império uma próspera camada de pequenos proprietários privados, que poderia ser um elemento dinâmico para a constituição de um mercado interno de consumo de massas e uma base social sólida para o capitalismo russo.

Progresso e atraso, combinando-se mutuamente, num processo de desenvolvimento desigual e combinado, como analisou já na época Leon Trotski (Deutscher, 1966-68). O Império agigantava-se, mas era um gigante de pés de barro. Fermentavam, por isso mesmo, as insatisfações e os ressentimentos. E explodiam, periodicamente, revoltas nas áreas rurais, tomando às vezes a forma de movimentos de massas, como na conjuntura que precedeu a abolição da servidão, agitando o fantasma de uma guerra camponesa. Desde os anos 80, movimentos grevistas nas cidades indicavam que os mujiques migrados dos campos e transferidos para as fábricas davam demonstrações de impaciência. É nesse quadro social que se formarão as tradições da *intelligentsia* revolucionária russa. Elas se estruturaram em torno de duas vertentes.

A INTELLIGENTSIA REVOLUCIONÁRIA RUSSA

De um lado, e principalmente, as propostas de um socialismo rural, baseado na nacionalização e distribuição equitativa da terra, sob controle dos campo-

neses. A idéia básica era fazer com que a Comuna Rural, instituição ancestral e igualitarista, reforçada no processo da abolição da servidão, se constituísse como o organismo de base de uma sociedade nova e revolucionada. Assim, o Estado seria formado por uma federação de comunas agrárias, controladas e dirigidas pelos próprios camponeses, convertidos em senhores da terra, da sociedade e do próprio destino.

A utopia igualitarista russa encontrava aí sua tradução política, evitando-se o modelo europeu ocidental, abominado pelas desigualdades que gerava e pelos sofrimentos que impunha às grandes maiorias proletarizadas.

Essa corrente bifurcava-se em numerosos afluentes, que poderiam ser agrupados em duas grandes tendências: os partidários de um trabalho perseverante de propaganda que seria capaz de ganhar as consciências a longo prazo, e os adeptos da ação direta de vanguarda, especializados em abater as cabeças do regime no sentido de desestabilizá-lo e de provocar, em consequência, as brechas por onde haveriam de vir as ondas revolucionárias. Pela sua decisão de ir ao povo (*narod*) para despertar a sua consciência revolucionária — supostamente latente —, passariam para a história como os *narodniks*, ou populistas. Seriam responsáveis por muitas agitações nos campos e pela morte de não poucos dirigentes do Estado imperial, inclusive um tzar, Alexandre II, abatido em 1881, depois de várias tentativas frustradas (Berlin, 1988). Em começos do século XX, em 1902, seus grupos, embora enfraquecidos pela repressão sistemática, formariam um partido de grande influência nos meios rurais, o partido socialista revolucionário, muito mais uma confederação de grupos do que propriamente um partido.

A outra vertente constituiu-se em torno do pensamento de Marx, através do filtro da social-democracia alemã, e filiou-se à Internacional Socialista, fundada em 1889. Discordava dos populistas, considerando-os utópicos, por proporem projetos irrealizáveis, e reacionários, no sentido próprio da palavra, ou seja, aferrados a uma tradição que já não tinha condições históricas de sobrevivência.

Para a social-democracia russa, constituída em partido desde 1903, o capitalismo era uma realidade incontornável. Embora ainda não dominante, era o fator dinâmico por excelência da sociedade russa. Impossível ignorá-lo e desconsiderar as transformações que já provocara na sociedade. Os que se encontravam reunidos nessa tendência apostavam nos operários, e não mais nos camponeses como principal classe revolucionária, e consideravam que a revolução na Rússia passaria por duas etapas. A primeira, sob direção da

burguesia, realizaria as tarefas do tempo histórico burguês: república democrática, reforma agrária e soberania nacional, criando as melhores condições para que as lutas proletárias pudessem colocar na ordem do dia a proposta da revolução socialista. Dessa etapa o proletariado e seu partido participariam ativamente, resguardando sua autonomia e se preparando para os embates futuros.

Entretanto, apesar desse consenso fundamental, os social-democratas russos divergiram em outras questões, como a forma de organização partidária. Assim, desde o próprio congresso de fundação, em 1903 (a rigor, uma refundação, já que o projeto definido pelo primeiro congresso, em 1898, fora rapidamente dizimado pela polícia política), formaram-se duas correntes: os bolcheviques (majoritários) e os mencheviques (minoritários). Os primeiros, mais rigorosos do ponto de vista organizacional, argumentavam que as condições russas exigiam um partido de revolucionários profissionais, centralizado, como um exército. Os segundos, temendo que uma opção desse tipo pudesse conduzir a uma dinâmica fechada e sectária, pretendiam construir um partido nos padrões da social-democracia européia ocidental, mais aberto e flexível do ponto de vista organizacional.

Essas divergências, talvez superdimensionadas pela aspereza do exílio e das condições de clandestinidade, impostas pela repressão, envenenaram a atmosfera e radicalizaram os ânimos, fazendo com que a social-democracia russa, às vésperas da revolução de 1905, aparecesse como um partido permeado de querelas e imerso em lutas fratricidas, ou seja, enfraquecido para enfrentar as imensas tarefas que os desafios de uma revolução social iria apresentar.

A REVOLUÇÃO DE 1905

Os grandes movimentos sociais que se formaram em 1905 apareceram de forma imprevista, como é usual em processos revolucionários, surpreendendo o poder e os próprios protagonistas.

Foi uma aventura militar no Extremo Oriente, promovida pelo Estado czarista, que esteve na raiz de tudo. Como já se referiu, os russos haviam estabelecido no nordeste chinês uma área de influência, inclusive ganhando a concessão de um porto: Port Arthur. Nessa região, com o tempo, intensificaram-se as contradições entre os interesses russos e japoneses, também ali pre-

sentes. Negócios em concorrência, pretensões competitivas, os ânimos tenderam a se acirrar. Do lado russo, apesar das advertências de conselheiros mais lúcidos, prevaleceram concepções arrogantes, subestimando-se a capacidade militar e industrial japonesa.

Assim, quando os japoneses atacaram de surpresa, no início de 1904, destruindo a esquadra russa em Port Arthur e desencadeando ofensivas terrestres, o Império Tzarista começou a acumular derrotas e desastres. Não seria fácil, considerando a debilidade dos meios disponíveis, mobilizar exércitos, material de guerra e logística para batalhas que se desenrolavam num teatro de operações longínquo.

Cedo começou o cortejo de provações: as mortes, o medo das mortes, as dificuldades de abastecimento, a desorganização dos circuitos econômicos, tensionados pelas necessidades da guerra. A insatisfação era tanto maior quanto as populações não conseguiam compreender exatamente o que estava na verdade em jogo. A Pátria russa, sua honra e integridade certamente não estavam ameaçadas pelos japoneses. Como justificar então os sacrifícios que estavam sendo exigidos, até mesmo o da própria vida?

Foi então, num contexto de insatisfações e protestos, que se organizou, na capital cultural e política do império, em São Petersburgo, uma grande passeata popular. Tinha propósitos pacíficos, apenas desejava reivindicar e propor o diálogo às autoridades e por isso mesmo os manifestantes — homens, mulheres e crianças — dirigiram-se naquele domingo, 9 de janeiro de 1905, para o Palácio de Inverno, sede e símbolo do poder. Iam como se fossem para uma festa, e não para um enfrentamento.

Entretanto, em vez de acolhimento e conversa, receberam balas de metralhadora. Foi o pânico. E a matança. O dia passou à História como o *domingo sangrento*. E provocou pavor, surpresa, indignação e revolta. Sem que ninguém tivesse previsto, estava ali começando a revolução de 1905.

Ao longo do ano, o império foi estremecido por três grandes ondas de greves operárias: a de janeiro, em protesto contra a brutal repressão à passeata; a de maio e junho, centrada em reivindicações sindicais e políticas; e, finalmente, a de setembro e outubro, quando organizações populares pretenderam, sem êxito, confrontar-se com o governo.

Em termos programáticos, os operários reclamavam o acolhimento de reivindicações há muito defendidas, e que correspondiam, em larga medida, ao que já tinham conseguido os sindicatos da Europa Ocidental: liberdade de organização sindical, direito de greve, jornada de trabalho de 8 horas, férias,

previdência social etc. E um quadro constitucional definido. Os mais radicais falavam em república. Os moderados se contentavam em ver o tzarismo convertido em monarquia constitucional.

As inovações mais radicais, no entanto, vinham por conta das formas de luta adotadas, em especial a *greve política de massas*, e das formas de organização, como a criada pelos trabalhadores de Ivanovo-Voznesensk, ao norte de Moscou: um soviete (conselho) de representantes. Ágil, flexível, colado aos sentimentos e aspirações da base de eleitores, sem mandatos fixos, nem remunerações especiais, conjugando aspectos políticos e sindicais, o soviete adquiriu rapidamente projeção em todo o império, tendo sido assumido como modelo de organização em muitas cidades. O de São Petersburgo, enquanto durou, conseguiu grande prestígio, fixando-se na memória histórica.

Mas o processo revolucionário de 1905 não se restringiu aos operários, nem apenas às cidades.

Mobilizaram-se igualmente as camadas médias urbanas, constituindo suas associações, as uniões profissionais, formulando seus interesses específicos e um programa liberal-democrático. E as nações não-russas, aproveitando as brechas para defender programas de autonomia cultural e política. Os mais radicais, visíveis sobretudo entre as nações mais consolidadas, no ocidente no império, chegavam a falar em secessão, anunciando a hipótese da desagregação política. Por outro lado, agitavam-se soldados e marinheiros, principalmente os das bases navais do Golfo da Finlândia (Kronstadt) e os do Mar Negro, estes últimos protagonistas do episódio do levante do encouraçado *Potemkin*, celebrizado pelo clássico filme de Eisenstein.

Finalmente, e mais importante, os camponeses, a partir do início da primavera, também começaram a entrar em ebulição, formando associações e invadindo terras. Em julho de 1905, houve um primeiro congresso camponês, reunindo representantes de 22 províncias. Exigiram a nacionalização da terra e a eleição de uma Assembléia Constituinte.

As brechas se multiplicavam, ameaçando a estabilidade da Ordem, agravando um quadro deteriorado por novas derrotas, algumas catastróficas, como a do estreito de Tsushima, onde uma nova esquadra russa foi afundada por uma desconhecida *armada* japonesa.

O regime tzarista sentiu-se acuado. E começou a negociar. No plano internacional, abriram-se conversações com os japoneses. Estabeleceu-se um armistício. No âmbito do império, o tzar editou um manifesto, em outubro de 1905, onde se prometiam concessões, entre as quais a convocação de eleições para um Parlamento (*Duma*).

Os movimentos e as organizações mais decididas e radicais, como o soviete de São Petersburgo, ainda tentaram continuar as lutas em ritmo ofensivo. Foi em vão. A convocação de uma greve geral, em outubro, resultou em fracasso, ensejando uma contra-ofensiva repressiva que desmantelou o soviete e prendeu suas lideranças. Em toda parte, as lutas começaram a refluir, registrando o impacto das promessas do tzar e, principalmente, o alívio suscitado pela suspensão da guerra.

Um último arranco ainda veio de Moscou na forma de uma insurreição protagonizada pelo soviete local, em dezembro de 1905. Ficou isolada e o regime pôde destruí-la, empregando tropas que voltavam do *front*, já disponíveis para as tarefas de repressão da população civil. Apesar de muitos ainda terem ficado na expectativa de outras — e novas — ondas revolucionárias, aquele ano vermelho tinha chegado ao fim.

No entanto, as questões que suscitara ganharam alcance mundial e se tornaram temas de debates históricos no âmbito da social-democracia internacional e, em particular, no dos revolucionários russos: a greve política de massas, os sovietes, o programa de nacionalização da terra, as revoltas de soldados e de marinheiros, os movimentos nacionais no interior do império, as ambigüidades dos liberais, a questão das relações entre guerra e revolução. Ali estava toda uma gama de novas interrogações, ou de velhos problemas colocados de uma forma nova, a desafiar a imaginação dos revolucionários.

A burguesia liberal não agira de forma demasiadamente moderada? O processo histórico confirmava ou desmentia sua vocação revolucionária? Não tinham ficado evidentes os laços entre os liberais e um regime que eles combatiam retoricamente, mas sem demonstrar ousadia prática quando na hora de atacá-lo? Nessas condições, como imaginar que a burguesia pudesse liderar uma revolução republicana democrática? Mas não era esse o papel que lhe reservara o programa da chamada primeira etapa da revolução russa?

Um outro aspecto crucial: a participação ativa dos movimentos camponeses. Enquanto duraram, haviam constituído, pela sua massa e pela sua radicalidade, uma poderosa arma da revolução. Seria o caso de considerá-los aliados preferenciais dos operários na luta pela derrubada do regime? Deslocando a aliança urbana, com os liberais, para uma aliança operário-camponesa? Mas o que dizer do programa camponês de nacionalização e distribuição igualitária da terra? Não significava ele o triunfo das teses *populistas* para a revolução russa? Seria possível pensar um socialismo russo rural, autônomo e oposto à Europa Ocidental?

E os povos não-russos? Também haviam constituído, embora por um breve momento, uma grande força social desagregadora. Não seria válido aproveitá-la para explodir o tzarismo? Entretanto, como conciliar o programa socialista internacionalista, comprometido com o futuro, com o estímulo a movimentos nacionalistas, apegados ao passado? Poder-se-ia conceber uma Rússia socialista cercada pela ressurgência de estados nacionais, eventualmente não-comprometidos com o socialismo?

Questões perturbadoras, abalando as ortodoxias, algumas apenas esboçadas, até mesmo pela celeridade com que passou a revolução pela cena histórica, surgindo de súbito, surpreendendo e despertando as maiores esperanças e paixões, para cedo desaparecer nas dobras do tempo.

Diante delas, a maioria preferiu manter-se aferrada às concepções já definidas. Mas houve lugar para a formulação de heresias ousadas. L. Trotski passou a defender a proposta de uma *revolução permanente*, com ênfase no caráter internacional da revolução. V. Lenin escreveu sobre a hipótese de uma *revolução ininterrupta*, refletindo sobre o potencial revolucionário dos camponeses. Em questão, para os dois, a vocação revolucionária da burguesia. E os dois sugeriam, cada um a seu modo, que a luta por uma república democrática se encadearia, sem etapas intermediárias, com a luta pelo socialismo, o processo todo sob hegemonia do proletariado.

Do ponto de vista das alianças, V. Lenin discorreria, com ênfase, sobre a necessidade de procurar o apoio dos camponeses, aceitando-se o programa baseado na nacionalização da terra, e das nações não-russas, mesmo que fosse à custa da desagregação do império. Todas estas formulações, no entanto, não foram propostas no sentido de modificar o programa da revolução em duas etapas aprovado em 1903. Elas ficariam no ar, em estoque, à espera de circunstâncias novas, revolucionárias (Reis Filho, 1997).

Tais circunstâncias custariam a se concretizar.

Desde 1906, contrariando as expectativas dos mais otimistas, sempre à espera de novas ondas revolucionárias, os movimentos sociais refluíram. As eleições para a Duma Imperial foram afinal convocadas, mas o poder do Parlamento nunca alcançou amplitude maior. Não teve poderes constituintes, nem sequer margem para legislar e fiscalizar de modo eficaz. Reinstalou-se assim o regime tzarista com sua força aparentemente invencível.

Somente a partir de 1910-12, começaram novamente a surgir movimentos de reivindicações sindicais e políticas, intensificados no primeiro semestre de 1914. O regime reagiu como de hábito: ausência de diálogo e repres-

são. Do ponto de vista dos partidos revolucionários, a polícia política levava a melhor, prendendo e desterrando grande parte das lideranças. Longe, no exílio, os que estavam ainda em atividade pareciam imersos em intermináveis querelas. A própria social-democracia, depois de tentar um processo de reunificação, em 1906 e 1907, voltou a cindir-se em meio a furiosas divergências e invectivas. Em 1912, numa conferência realizada em Praga, a ala dos bolcheviques optou por um processo de reorganização, assumindo-se como única representante da social-democracia russa. Mas a proposta não seria reconhecida por nenhuma instância do socialismo internacional.

De sorte que quando explodiu a Primeira Grande Guerra, em agosto de 1914, nada parecia indicar uma revolução próxima, inclusive porque a sociedade reagiu quase unânime ao chamado do regime para defender a Pátria dos tradicionais inimigos ocidentais: as *hordas teutônicas*.

Como nos demais países beligerantes, formou-se a União Sagrada. Com exceção de alguns pequenos grupos de intratáveis, quase todos, apostando numa luta curta e vitoriosa, dispunham-se a partir para as trincheiras e para a guerra.

A PRIMEIRA GRANDE GUERRA E A REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO DE 1917

Entretanto, a guerra não foi curta, ao contrário, alongou-se no tempo. Nem vitoriosa. Sucederam-se os desastres. E a matança superou todos os horrores aos quais aquelas gentes guerreiras estavam habituadas. Milhões e milhões de mortos, incontáveis (as estimativas variam de 5 a 8 milhões), sem falar dos feridos, dos mutilados na carne e no espírito. O desabastecimento, as carências, a inflação, a escassez, a desorganização geral da vida econômica, provações sem fim, submetendo o patriotismo e a paciência a duras provas.

Contra a inépcia do governo, a sociedade começou a formular críticas e propostas alternativas. Ainda em 1915, um grupo de parlamentares na Duma manifestou-se em favor da formação de um governo responsável perante o Parlamento. Em seguida, foi a vez das assembléias representativas existentes se federarem, o que era proibido pela Lei, assumindo tarefas que, em princípio, competiam ao governo. Organizações tradicionais, como a Cruz Vermelha, coordenavam-se com o movimento cooperativo e outras associações para atender às exigências do esforço de guerra.

Desde 1916, a situação começou a decompor-se de forma acelerada. Reapareceu um movimento grevista. Entre as elites, medrava a desconfiança em relação ao governo, suspeito de abrigar em seu seio *traidores da Pátria*. A população, e os trabalhadores, em particular, estavam cada vez mais descontentes. Embora poucos entressem a hipótese de uma revolução iminente, os relatórios da polícia política atestavam claramente a radicalização das tensões.

Elas desaguiariam afinal nas chamadas *jornadas de fevereiro*. Em cinco dias de crescentes movimentos sociais, entre 23 e 27 de fevereiro*, o povo da cidade de Petrogrado (a cidade fora assim rebatizada, com um nome russificado, pelo regime czarista ainda no começo da guerra) derrubou uma dinastia eterna de três séculos de existência (Carr, 1977).

Foi a revolução da harmonia e do congraçamento. Todos irmanados contra um inimigo comum, devidamente identificado: o czar. A crucificação do chefe todo-poderoso e do *paizinho* reverenciado na retomada da forte e antiga tradição do *bode expiatório*. E assim a sociedade pôde reencontrar-se pacificada: do alto comando ao soldado, do grande capitalista ao humilde operário, do proprietário de terra ao mujique, dos russos aos não-russos, muito poucos ousando exprimir desacordo com a deposição do czar e da dinastia tricentenária dos Romanov.

Na improvisação provocada por aquela inesperada inversão de mão, constituiu-se um governo provisório, formado pelos partidos da Duma Imperial. No mesmo momento, em outro lugar, inspirando-se no exemplo revolucionário de 1905, constituiu-se uma outra instituição: o soviete de operários e soldados de Petrogrado.

Contudo, um processo social ainda mais relevante tomava pé: a palavra estava solta e livre nas ruas. Das bocas amordaçadas e represadas pela timidez, pelo medo, pela censura e pela repressão, começou a fluir toda uma gama de anseios e de reivindicações.

O que desejavam aqueles que vinham de derrubar a autocracia russa?

De modo geral, houve uma retomada dos temas e dos programas avançados na revolução de 1905.

* As datas correspondem ao calendário então em vigor no Império Czarista, o calendário juliano, com uma defasagem de 13 dias em relação ao calendário gregoriano, adotado em quase todo o resto da Europa. A Rússia ajustou-se à hora do Ocidente a partir de 1º de fevereiro de 1918. Assim, as datas aqui referidas, e até fevereiro de 1918, correspondem ao calendário juliano.

Entre os trabalhadores urbanos, muito poucos falavam em revolução e socialismo. Queriam sobretudo liberdade de organização e de manifestação, jornada de trabalho de 8 horas, salários minimamente decentes, descanso semanal remunerado e garantias previdenciárias, como aposentadorias e proteção contra o desemprego, a invalidez e a doença. Também solicitavam o fim das multas escorchantes e das humilhações sem fim, que aparentavam o trabalho industrial à servidão da gleba. Em suma, tratava-se de fazer a Rússia aplicar a legislação social já conhecida nos centros capitalistas avançados da Europa Ocidental.

Os camponeses queriam a terra, toda a terra. Nacionalizada, deixaria de ser uma mercadoria, sujeita à compra e à venda, e deveria ser distribuída de forma igualitária, pelas próprias organizações que os camponeses estavam formando em cada aldeia, os comitês agrários.

Os soldados foram cautelosos. Estavam conscientes de que a guerra mudara de caráter. Não se tratava mais de defender o regime czarista, inepto e arbitrário, e seus desígnios expansivos, mas a revolução, agora vitoriosa. Entretanto, insistiram no sentido de que tudo se fizesse por uma paz justa, sem indenizações e anexações. Mas foi no âmbito da seção militar do soviete de Petrogrado que um grupo de representantes dos soldados formulou uma verdadeira revolução na organização interna das forças armadas, editando uma chamada Ordem de Serviço nº 1. Sob um título anódino, subverteram e derrubaram os dois pilares de sustentação das forças armadas: a hierarquia e a disciplina. Entre outras mudanças, estabelecia-se que nenhum tipo de decisão envolvendo tropas e munições poderia ser aplicado sem o acordo do comitê dos soldados das unidades concernidas.

Finalmente, também as nações não-russas puseram-se em movimento. Do extremo ocidente ao extremo oriente daquele vasto império, os diferentes povos solicitavam o reconhecimento de sua personalidade, alguns já avançando a questão da independência.

Entretanto, começou a aparecer uma clara contradição entre os clamores da sociedade e as disposições do governo provisório, estabelecido pela Duma. Enquanto uns reivindicavam aquilo que lhes parecia de direito, o outro não dava nenhuma demonstração de que desejava, de fato, atender àqueles pleitos. E batia-se por um outro tipo de agenda: primeiro, era necessário obter a vitória na guerra contra o alemão; em seguida, convocar uma Assembleia Constituinte, soberana para resolver todas as questões levantadas pelo debate que se instaurava na sociedade. De imediato, o governo se dispunha apenas a criar comissões de estudo (Ferro, 1976).

Instaurou-se um diálogo de surdos. De um lado, movimentos sociais vibrantes, cada vez menos cautelosos, mais críticos e exigentes. De outro, um governo insensível, apegado a seus próprios critérios. Como duas paralelas, não se via a hora em que se encontrariam.

Como conseqüência, as crises foram se sucedendo.

A primeira explodiu em abril, menos de dois meses depois da derrubada da autocracia. O ministro de Relações Exteriores do governo provisório veio a público declarar que a Rússia continuava na guerra perseguindo os mesmos fins que os defendidos pelo regime czarista. Pelo menos foi assim que suas palavras foram interpretadas. Os soldados saíram às ruas, exigindo um compromisso claro do governo com a paz e a queda do ministro. Ele de fato caiu e, na recomposição política que então se articulou, surgiu uma novidade que teria conseqüências imprevistas: a entrada de seis representantes do soviete de Petrogrado no governo, formando o que se chamou a primeira coalizão.

A maré dos movimentos sociais crescia e se organizava.

Em maio, reuniu-se um primeiro congresso panrusso de representantes dos camponeses: mais de mil delegados reafirmaram as propostas distributivistas e igualitaristas — terra a quem nela trabalha, terra só a quem nela trabalha, distribuída pelos comitês agrários em cada aldeia. No campo, a temperatura subia. Em março foram registradas 49 rebeliões em 34 distritos. No mês seguinte, 378 rebeliões em 174 distritos. Em maio, 678 rebeliões em 236 distritos. Em junho, 988 rebeliões em 280 distritos. Nesse mesmo mês, reuniram-se os sovietes urbanos de todo o império em Petrogrado. Entre mais de mil delegados, os representantes dos partidos moderados ainda tinham folga maior, mas na manifestação pública organizada por ocasião do encerramento do congresso era visível a força cada vez maior que adquiriam as propostas mais radicais, formuladas pelos bolcheviques e por outros grupos, resumidas no subversivo *slogan: todo poder aos sovietes*, o que significava realizar imediatamente todas as reivindicações dos movimentos sociais sob direção e controle de suas próprias organizações: sovietes de operários e soldados e comitês agrários. Em outras palavras: o fim do governo provisório e a mudança do regime social e econômico vigente.

Em julho veio uma outra crise, mais grave. Sucedeu a uma ofensiva militar desastrosa desencadeada pelo governo provisório. Os ânimos exaltaram-se e os marinheiros da base naval de Kronstadt vieram a Petrogrado para, de armas na mão, exigir a derrubada do governo provisório. Houve choques violentos e, pela primeira vez, desde fevereiro, repressão a manifestações de

rua. Os bolcheviques foram acusados de estar por trás do movimento, tentando desestabilizar o governo. Na verdade, tratou-se de uma revolta fora de seu controle. Contudo, seriam perseguidos como responsáveis e tiveram lideranças presas e jornais depredados. O próprio Lenin foi obrigado a cair na clandestinidade para evitar a prisão.

Foi necessário, então, recompor mais uma vez o governo. Depois de longas articulações, formou-se uma nova coalizão, prevendo uma participação mais intensa dos partidos socialistas moderados, ainda majoritários na estrutura soviética.

Pouco mais de um mês depois, entretanto, em fins de agosto, o país seria abalado por uma nova crise. Agora, a ameaça ao governo provisório tomou a forma de uma tentativa de golpe de direita, dirigida pelo general Kornilov, considerado pelo líder do governo, Kerenski, um aliado fiel e um adepto da República. Para debelar a aventura golpista, o próprio governo convocou e mobilizou todas as energias e organizações populares, os sovietes em particular. O golpe foi contido. Na esteira, os bolcheviques presos em julho foram soltos. E se fortaleceram enormemente os sovietes e a autoconfiança dos movimentos sociais, reatualizando-se a proposta de entregar todo o poder aos sovietes.

Kerenski, o seu Ministério e a sua política de alianças saíram profundamente desgastados. Muitos dos ministros, a começar pelo próprio Kornilov, estavam implicados, diretamente ou indiretamente, na tentativa do golpe. Organizou-se mais uma, a terceira, coalizão. Desde fins de fevereiro, quando o czar fora derrubado, em cerca de seis meses, era o quarto governo que se constituía...

O quadro social e político que ele teria que enfrentar não podia ser pior: forças armadas em decomposição, sociedade em ebulição, crescente adesão a propostas radicais de resolver os impasses através de enfrentamentos. A harmonia, a confiança e o conagraçamento de fevereiro tinham dado lugar às divisões, à desesperança, à desconfiança (Carr, 1977).

Quatro grandes processos sociais estavam em curso, decidindo uma mudança fundamental na correlação de forças.

Desde agosto, uma onda avassaladora do movimento camponês realizava uma revolução agrária no país, invadindo terras de proprietários privados, grandes e médios, da Igreja e do Estado. Em julho, batendo todos os recordes até então, houve o registro de 1.777 casos de violência no campo. Pois bem, entre 1º de setembro e 20 de outubro nada menos de 5.140 novos casos foram registrados. Cansados de esperar pelas instituições e pelas leis, os camponeses, agrupados em torno de seus comitês agrários, realizavam, na práti-

ca, o ancestral sonho igualitarista: tudo expropriar e tudo dividir, segundo as necessidades (bocas a alimentar) e as possibilidades (braços disponíveis para o trabalho). A terra nacionalizada, subtraída ao mercado, não poderia ser mais comprada ou vendida. Além disso, ficava proibido também o trabalho assalariado. Cada camponês usaria as próprias mãos e seus instrumentos de trabalho, podendo contar, no máximo, com a ajuda da família. Desapareceu um dos pólos tradicionais do nexa rural: os proprietários privados da terra, nobres e burgueses. Emergiu a comuna rural igualitarista como a grande vitoriosa (Linhart, 1983).

Esse processo levou de roldão o que restava de coesão das forças armadas russas. Nas frentes militares, os soldados desertavam em massa. Em sua grande maioria, eram *camponeses fardados*. Tratavam agora de abandonar as trincheiras para participar da distribuição igualitária da terra. Quanto aos soldados aquartelados, estavam muito mais propensos a se manifestar nas ruas do que a combater nas trincheiras.

Nas cidades, entrecruzavam-se as greves operárias e os *lock-outs* dos patrões. Em muitos locais de trabalho constituíram-se comitês de fábrica, formando redes próprias, assumindo o controle da produção (Brinton, s/d). Milícias operárias surgiam nas ruas, realizando treinamentos paramilitares, ocupando e vigiando prédios por conta própria.

Finalmente, as nações não-russas proclamavam seu direito à autodeterminação e à independência política. Cada povo julgava-se no direito de estabelecer sua própria Assembléia Constituinte para decidir, soberanamente, seu futuro. Em fins de agosto, delegados de 13 nações, reunidos em Kiev, capital da Ucrânia, aprovaram por unanimidade a proposta de que cada nação seria livre e soberana para traçar seus destinos. Para a grande maioria, a questão da secessão estava resolvida: tratava-se de deliberar sobre o momento e as modalidades da separação.

É nesse quadro de extrema desagregação, vizinho ao caos, que se realizou a insurreição de outubro e só a percepção desse processo múltiplo é que permite compreender a rapidez fulminante com que se tornou vitoriosa.

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO DE 1917

Ao contrário das Jornadas de Fevereiro, que se desdobraram numa sucessão de manifestações, em vários dias, sem uma direção política visível, *uma revolução*

anônima (Deutscher, 1966-68), a insurreição de outubro seria previamente decidida por um partido — o partido bolchevique —, organizada por instituições sob seu controle — principalmente o soviete de Petrogrado e seu comitê militar — e desencadeada sob a chefia de seu dirigente maior — V. I. Lenin.

Os bolcheviques consideraram o conjunto de processos sociais em curso, a desagregação geral da sociedade, a decomposição do governo, mas também o cansaço e o desgaste da população, e as ameaças de uma ofensiva militar alemã, que poderia levar a uma derrocada do país, e da própria revolução. Desde o começo do mês de outubro, Lenin insistia no sentido de que o partido bolchevique, majoritário em vários sovietes, inclusive no de Petrogrado, assumisse a condução de uma insurreição no centro nervoso do país, destituísse o governo provisório, passasse o poder aos sovietes, cujo congresso estava programado para se reunir em fins de outubro, e formasse um governo revolucionário, responsável apenas perante os sovietes. Este governo, sustentava Lenin, teria condições, através de uma legislação adequada, de reconhecer as principais reivindicações dos movimentos sociais em luta e dar uma saída revolucionária para a crise que se abatia sobre o país.

O partido hesitou ante as propostas de Lenin. Afinal, no dia 10 de outubro, o Comitê Central decidiu pelo imediato desencadeamento da insurreição. As dúvidas, no entanto, persistiram. Dois veteranos dirigentes bolcheviques, Kamenev e Zinoviev, chegaram a denunciar na imprensa que os bolcheviques preparavam um bote revolucionário. Quase foram expulsos do partido por causa disto. Entretanto, L. Trotski, que ingressara no partido bolchevique em julho, e se tornara desde setembro o principal dirigente do soviete de Petrogrado, manobrou com habilidade, esperando o melhor momento, o que veio a acontecer dias mais tarde, quando o governo provisório, alarmado com as notícias de uma iminente insurreição, resolveu o que já não tinha forças para resolver: fechar a imprensa bolchevique e prender certos responsáveis do partido. Sob a cobertura de uma operação de defesa das instituições e da legalidade revolucionária, o comitê militar do soviete mobilizou as tropas sob seu comando, neutralizou a ordem de Kerenski, ocupou os pontos estratégicos da cidade, cercou, invadiu e tomou o Palácio de Inverno, sede formal do poder. Era a noite de 24 de outubro de 1917. No dia seguinte, quando o congresso dos sovietes abriu suas sessões, deparou-se com o fato consumado de uma insurreição vitoriosa. Apesar dos protestos de alguns deputados, mencheviques e socialistas revolucionários, a grande maioria referendou a iniciativa dos partidários de Lenin: os sovietes assumiam todo o poder.

Ato contínuo, os bolcheviques apresentaram à aprovação do Plenário a proposta de constituição de um governo revolucionário, responsável perante a organização soviética, um Conselho de Comissários do Povo. Dele fizeram parte, no início, os bolcheviques, naturalmente, e os chamados socialistas revolucionários de esquerda, cisão radical do grande partido socialista revolucionário. Em seguida, foi submetida à aprovação uma série de decretos revolucionários. O Decreto sobre a Terra legalizou a avalanche camponesa realizada nos meses anteriores de agosto e setembro. O Decreto sobre a Paz estabeleceu um armistício imediato e propôs a abertura de negociações com as Potências Centrais que pudessem levar a uma Paz justa, sem indenizações e anexações. O Decreto sobre o Controle Operário incorporava as reivindicações dos comitês de fábrica. Finalmente, a Declaração dos Povos da Rússia proclamou a igualdade das nações e o direito de cada uma delas constituir um Estado nacional próprio. Aí estavam contemplados, em síntese, os grandes interesses que lutavam por serem reconhecidos desde a queda do czar.

Assim, se a vitória *local* da insurreição fora decidida por uma esmagadora superioridade militar dos bolcheviques, no controle do comitê militar do soviete de Petrogrado, e por uma grande audácia de seus dirigentes, que souberam apostar tudo num lance arriscado, ela se tornou *politicamente* vitoriosa apenas na medida em que soube sintonizar-se com as aspirações dos grandes movimentos sociais, em especial dos camponeses, que constituíam a maioria esmagadora da população.

Golpe ou revolução? O debate político e historiográfico, desde a data mesma da insurreição, tem trabalhado exaustivamente esta questão.

O exame acurado das circunstâncias, contudo, não parece recomendar a escolha de um desses termos com a exclusão do outro. É inegável que ocorreu uma revolução, materializada na transformação radical da correlação de forças sociais, na mudança brusca das instituições políticas, na subversão das estruturas econômicas. Uma revolução, sem dúvida, que mudou a face do país e do mundo. Mas introduzida por um golpe, decidido e realizado sem consulta às únicas instituições que, segundo os próprios protagonistas da insurreição, tinham legitimidade para autorizá-lo — os sovietes.

Um golpe vitorioso, mas não vitorioso pela arte com que foi conduzido, mas porque soube comprometer-se com uma revolução social em andamento.

A rigor, a insurreição de outubro, com seus decretos revolucionários, para além de seu valor simbólico, foi apenas um elo. Decisivo, sem dúvida. Entretanto, para se consolidar, ainda seriam necessários mais de dois anos,

uma guerra civil de permeio e uma outra revolução, dessa vez esmagada, em 1921, a revolução de Kronstadt.

A GUERRA CIVIL E A REVOLUÇÃO DE KRONSTADT

Aos decretos revolucionários já referidos, editados logo após a insurreição, acrescentaram-se outros, expropriando os capitais estrangeiros, abolindo as dívidas contraídas pelo regime czarista, retirando a propriedade da Igreja, reorganizando a administração do país, em suma, o mundo de ponta-cabeça. Assim, os interesses contrariados eram por demais consideráveis para se manterem inativos.

Num outro plano, o governo revolucionário começou também a entrar em choque com outras tendências e partidos socialistas. Por exemplo, quando mandou fechar a Assembléia Constituinte, logo depois de instalada, em janeiro de 1918. Eleita no mês de novembro anterior, a maioria de seus deputados vinculava-se às correntes socialistas moderadas, contrárias à insurreição de outubro, sem contar os representantes dos partidos centristas e de direita. Em seguida, em março de 1918, quando, depois de longas negociações, assinou-se o tratado de paz com os alemães, em Brest-Litovsk. Ao contrário do que defendiam os revolucionários, os alemães conservariam determinados territórios e ainda receberiam reparações de guerra. Fora considerado o programa original, baseado numa paz *sem anexações e sem indenizações*. Houve muitas reservas dentro do próprio partido bolchevique, sem falar na fratura da aliança governante. Com efeito, os socialistas revolucionários de esquerda, em protesto contra o tratado, simplesmente retiraram-se do governo.

Os bolcheviques, cujas bases sociais de sustentação estavam quase que exclusivamente nas cidades, encontraram-se isolados no poder. Em maio, em meio ao combate à especulação de grãos e de gêneros alimentícios, tentaram introduzir divisões entre os camponeses, atraindo para o lado do governo os camponeses mais pobres. Sem sucesso. O único resultado foi deteriorar de vez as relações com os socialistas revolucionários, que passaram a conchamar o povo a derrubar os bolcheviques do governo.

O incêndio da guerra civil pegaria com força e arrasaria o país. De um lado, os *exércitos brancos*, com apoio de capitais e assessores estrangeiros.

De outro, o *exército vermelho*, organizado pelos bolcheviques e chefiado por L. Trotski. Numa improvável terceira margem, tentando abrir um espaço próprio, diversos matizes revolucionários, alternativos aos bolcheviques: dos socialistas revolucionários aos mencheviques, sem contar os anarquistas, que foram capazes de organizar na Ucrânia um exército de guerrilheiros sob a bandeira negra da liberdade.

A guerra civil radicalizou o atraso. Retrocesso econômico, queda brusca em todos os índices. A produção de energia elétrica caiu em mais de 75%. Na grande indústria a queda chegou a 80%. Na produção agrícola, quase metade. E além disso, as epidemias, as mortes inúteis, o encadeamento das represálias, as atrocidades maciças, a brutalização das relações sociais (Werth, 1992; Claudin, 1984).

No quadro dessas misérias sem fim, a própria moeda desapareceu, decretou-se a interdição de qualquer empreendimento privado e se expropriaram os camponeses de todos os excedentes. Nesse ambiente sombrio, surgiu a estranha teoria do *comunismo de guerra*. Do conceito criado para dar conta de uma sociedade de abundância, derivou-se um outro, para nomear o racionamento, o igualitarismo da escassez.

Os bolcheviques, os *vermelhos*, ganharam, afinal, a guerra civil. Venceram os exércitos contra-revolucionários e os outros revolucionários, alternativos. As tropas estrangeiras, que tinham chegado a desembarcar em vários pontos do país, foram obrigadas a voltar para seus países de origem.

Na desolação que então se instaurou, alguns passaram a sustentar, como L. Trotski, que era necessário agora travar outras guerras: contra a fome, contra o atraso. E para isto a sociedade deveria se manter mobilizada e militarizada. No entanto, desde que a vitória contra os *brancos* pareceu consolidada tornou-se mais difícil impor as restrições típicas do período da guerra. Desde o início de 1920, começaram a espocar revoltas camponesas. Elas se tornariam mais sistemáticas no segundo semestre do ano, inquietando o governo bolchevique. Em fevereiro de 1921, surgiram greves nas fábricas, formulando reivindicações sindicais e políticas. No próprio coração da revolução, a cidade de Petrogrado, a insatisfação dos trabalhadores crescia, protestando contra as condições de trabalho e de remuneração.

Foi nessas condições, em 2 de março de 1921, que teve início um movimento dos marinheiros de Kronstadt. Declararam-se solidários com os grevistas de Petrogrado e reclamaram, em manifestos publicados, liberdade de manifestação para todas as correntes políticas, a libertação de todos os pre-

tos políticos e a formação de uma comissão independente para investigar as denúncias sobre a organização de campos de trabalhos forçados. Exigiram também eleições para renovar a estrutura soviética, baseadas no voto universal e secreto, e controladas por instituições pluripartidárias, independentes do Estado.

O governo revolucionário foi tomado de surpresa. Atendeu a algumas das reivindicações dos grevistas e conseguiu que o movimento refluísse. Mas os marinheiros não se satisfizeram com medidas parciais. Queriam o atendimento do seu programa político.

Diante do impasse, os bolcheviques formularam um *ultimatum*, 72 horas depois do início do movimento. Rendição ou aniquilamento. Como não houve rendição, partiu-se para o aniquilamento. Começou, já em 7 de março, o bombardeio da base.

A revolta converteu-se então em revolução. Num novo manifesto, os marinheiros anunciaram o início de uma *terceira revolução*. Contra o regime burguês, já enterrado, e contra o regime do Partido Comunista (os bolcheviques tinham assumido este nome desde 1918) e sua polícia política, associado ao capitalismo de Estado.

Para os bolcheviques, era a contra-revolução. Aproveitando-se do apoio político que as forças *brancas* no exílio davam à revolução, amalgamaram os marinheiros revolucionários com os *brancos*, falsificando deliberadamente os fatos, apresentando os marinheiros como *agentes* da contra-revolução internacional. Sinistro prenúncio. A manobra voltaria a ser utilizada no futuro contra todos os que se opusessem ao Estado soviético e ao partido bolchevique.

A luta continuou até 18 de março, quando a *terceira revolução* foi destruída, deixando milhares de mortos e feridos de ambos os lados. E mais de 2.500 presos, deportados ou fuzilados (Avrich, 1975).

Entretanto, embora vitoriosos, os bolcheviques teriam que considerar, ao menos parcialmente, os interesses defendidos pelos vencidos. Em relação ao campo, suspenderam a política de requisições, restabeleceram as relações mercantis e reconheceram o triunfo da Comuna Rural. Em suma, a volta ao respeito da aliança com os camponeses, que levara à vitória em outubro de 1917. Num plano mais geral, abandonaram as utopias sinistras do comunismo de guerra e da militarização do trabalho. Houve uma distensão geral na economia. E aí, gradativamente, foi tomando corpo, aos soluços, a chamada Nova Política Econômica, a NEP.

Mas os bolcheviques não abriram mão do controle e do poder políticos. Ali estavam, e permaneceriam, sós. Partido único no poder, vontade única no Partido.

Seria possível sustentar aquela mescla de abertura econômica e ditadura política? Só o futuro iria ser capaz de deslindar esta questão.

Quanto ao presente, não faltavam enigmas, a desafiar a imaginação.

Contra tudo e contra todos, uma revolução inesperada vencera os mais terríveis inimigos e parecia, ao menos temporariamente, estabilizada. Contudo, isolara-se num só país, embora tivesse, desde o início, uma vocação internacionalista declarada. Comprometida com o reino da abundância (o comunismo), tinha de gerenciar uma sociedade faminta e miserável, regida por uma atroz escassez. O sonho de uma profunda democracia, esboçada pela estrutura soviética ao longo do ano de 1917, convertera-se numa ditadura política de partido único. Quanto ao programa de respeito à autodeterminação dos povos não-russos, também se esfumara. A independência política só foi obtida no extremo ocidente do antigo Império Tzarista, onde houve força militar para impô-la, mas quase sempre os Estados nacionais que ali se constituíram (Polônia, Finlândia e Estados bálticos: Lituânia, Letônia e Estônia) descambaram em regimes terrivelmente ditatoriais.

A classe operária, base social principal da insurreição de outubro, mingua com a guerra civil e a desorganização da produção industrial. Já o camponês, seu colossal aliado, parecia triunfante nos campos. Como se fosse uma vingança histórica do *populismo* russo.

Os bolcheviques ainda se figuravam como vanguarda de uma revolução mundial, mas eram apenas sobreviventes. Sob o comando de Lenin, a nau não soçobrara, mas mudara de rumo e ninguém mais sabia o destino daquela viagem.

BIBLIOGRAFIA

- Avrich, P. 1975. *La tragédie de Cronstadt, 1921*. Paris, Seuil.
 Berlin, I. 1988. *Pensadores russos*. São Paulo, Companhia das Letras.
 Brinton, M. *Síd. Os bolcheviks e o controle operário, 1917-1921*. Porto, Afrontamento.
 Carr, E.H. 1977. *A revolução bolchevik*. Porto, Afrontamento, 3 vols.
 Claudin, F. 1984. *A crise do movimento comunista internacional*. São Paulo, Global, 2 vols.

- Deutscher, I. 1966/1968. *O profeta armado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
 Ferro, M. 1976. *A revolução russa*. São Paulo, Kairós.
 Linhart, R. 1983. *Lenin, os camponeses, Taylor*. São Paulo, Marco Zero.
 Reis Filho, Daniel A. 1997. *Uma revolução perdida. A história do socialismo soviético*. São Paulo, Fund. Perseu Abramo.
 Werth, N. 1992. *L'histoire de l'Union Soviétique*. Paris, PUF.